



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA
COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2018**

-----Aos vinte e três dias do mês de junho, reuniu, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, a Assembleia Municipal, na terceira sessão ordinária do corrente ano (quarta do quadriénio 2017-2021), sob a presidência de César Fernando Lima Branquinho. Antes de se iniciarem os trabalhos e devido ao pedido de suspensão do senhor deputado Manuel Luís Leitão Morais que desempenhava a função de Segundo Secretário, o Sr. Presidente da Assembleia, para que a Mesa ficasse completa, solicitou às bancadas a indicação de um candidato, tendo sido indicada a Senhora Deputada Sónia Marisa Correia Alves e que foi aceite por unanimidade. Ficando desta forma a Mesa completa, com a presença do Primeiro Secretário, António João Pais Ferraz. ---

-----Participaram na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Senhores Deputados António Maria Oliveira de Matos, Edite da Conceição Alves da Cruz, Ilda Maria Morais Massano Cardoso, Jorge Miguel Silva Amaral, Isabel Maria Dias da Silva, Luísa Mariana Homem Coimbra Cardoso, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, César Manuel Sousa Marques Ferreira, José Rui Batista Alves Ferreira, Sónia Marisa Correia Alves, Tiago Rafael Rodrigues da Costa, Rute Rocha e Carmo Basílio, José António Queiroz Correia Diogo, Lúcia Maria Pinto de Deus, David João Soares Marcelino Ferreira, Pedro Miguel Soares Veloso, José Soares dos Santos, João Pedro Ferreira Carvalho Pinto, João Pedro Duarte da Cruz, Alfredo José Cordeiro Herve, Rui Alberto Miranda de Oliveira e José Augusto Morais de Sousa, verificando-se a presença de vinte e cinco deputados, dezassete deputados do Partido Socialista (PS) e oito deputados da coligação PPD/PSD-CDS.PP. Registaram-se as faltas dos Senhores Deputados Manuel Luís Leitão Morais Domingos Manuel Costa Marques e Luís Miguel de Sousa Castro Cunha, cujas faltas foram consideradas justificadas pela mesa.

-----Foram registadas as presenças do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Leonel Gouveia, dos Senhores Vereadores Carla Cunha, Hélder Morais, João Carlos Onofre e Inês Matos. ---

-----Às dez horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, César Fernando Lima Branquinho, declarou aberta esta sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ---



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature in blue ink

I- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1.1- ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2017/2021/ SUSPENSÃO DO MANDATO DE MANUEL LUIS LEITÃO MORAIS, ELEITO PELO PS = ATRIBUIÇÃO DE MANDATO A MARIA FERNANDA VIEGAS DA SILVA (ARTº 79º, DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO) = TOMADA DE POSSE
- 1.2- ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2017/2021/RENUNCIA AO MANDATO DE LUIS MIGUEL DE SOUSA CASTRO E CUNHA ELEITO PELA COLIGAÇÃO PPD/PSD- CDS.PP= ATRIBUIÇÃO DE MANDATO A MARIA MANUELA CORREIA ANTUNES ABRANTES (ARTº 79º, DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO) = TOMADA DE POSSE
- 1.3- CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SANTA COMBA DÃO- 2017-2021= TOMADA DE POSSE DO REPRESENTANTE DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SANTA COMBA DÃO
- 1.4- LEITURA DE EXPEDIENTE

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO DE 20 DE ABRIL DE 2018;
- 2.2- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.3- RELATÓRIO TRIMESTRAL DO PAEL-PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL- 1º RELATÓRIO TRIMESTRAL DE 2018- (ALÍNEA A) DO ARTIGO 12º DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO) /ACOMPANHAMENTO;
- 2.4- APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO ANO ECONÓMICO DE 2017 (ARTº 76º, Nº2 E 3, DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO);
- 2.5- MINUTAS DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM JUNTA DE FREGUESIA DE PINHEIRO DE ÁZERE, JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOANINHO, JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO DE AREIAS, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ÓVOA E VIMIEIRO, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA COMBA DÃO E COUTO DO MOSTEIRO E JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE TREIXEDO E NAGOSELA, NOS TERMOS DO ART. 133º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO=APRECIÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO (NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO) ;



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- 2.6- MINUTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE PINHEIRO DE ÁZERE/GESTÃO DA ZONA BALNEAR DA SENHORA DA RIBEIRA=APRECIÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO (NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;
- 2.7- REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA/EMIÇÃO DE PARECER FAVORÁVEL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA=DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DEFINITIVO;

III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

I- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou esta sessão começando por saudar todos os presentes e seguidamente, conforme os pontos um ponto um e um ponto dois, **ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2017/2021/ SUSPENSÃO DO MANDATO DE MANUEL LUIS LEITÃO MORAIS, ELEITO PELO PS = ATRIBUIÇÃO DE MANDATO A MARIA FERNANDA VIEGAS DA SILVA (ARTº 79º, DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO) = TOMADA DE POSSE;**

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2017/2021/RENUNCIA AO MANDATO DE LUIS MIGUEL DE SOUSA CASTRO E CUNHA ELEITO PELA COLIGAÇÃO PPD/PSD- CDS.PP= ATRIBUIÇÃO DE MANDATO A MARIA MANUELA CORREIA ANTUNES ABRANTES (ARTº 79º, DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO) = TOMADA DE POSSE, tomaram posse como membros da Assembleia Municipal, a Senhora Maria Fernanda Viegas da Silva, eleita pelo (PS) Partido Socialista e a Senhora Maria Manuela Antunes Abrantes eleita pela coligação PPD/PSD-CDS/PP, nos termos da Lei e de imediato assumiram as suas funções.---

-----Os trabalhos prosseguiram com o ponto um ponto três **CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SANTA COMBA DÃO- 2017-2021= TOMADA DE POSSE DO REPRESENTANTE DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SANTA COMBA DÃO,** tomou posse como membro do Conselho de Segurança, assinando o respetivo termo, a Senhora Maria Madalena Ferreira Dinis, em representação do Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão.

-----Após esta formalidade, o senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário que lesse o pedido de renuncia como membro do Conselho Municipal de Segurança, endereçado a esta Assembleia pelo Senhor Tiago Miguel Viegas dos Santos, da coligação PPD/PSD-CDS/PP, anexo 1. De seguida, por parte desta mesma coligação, foi entregue nesta mesa um ofício a indicar o membro que irá substituir o



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

renunciante, anexo 2, e que tomará posse na próxima reunião desta assembleia, conforme indicação do Senhor Presidente. Foi também entregue o documento final relativo ao “Voto de protesto pelo estado de degradação do IP3 e pela falta de empenho dos governos na resolução deste problema”, anexo 3, pelos Coordenadores dos dois grupos parlamentares.

----Foram abertas as inscrições para intervenções dos Senhores Deputados neste período. Inscreveram-se os senhores deputados: Tiago Costa, António Maria Matos e Ilda Massano.

----Tomou a palavra o senhor deputado Tiago Costa do Partido Socialista, começando por saudar todos os presentes e para dizer o que a seguir é transcrito no anexo 4. Este Voto de Protesto foi subscrito pela coligação PPD/PSD-CDS/PP e que depois de ter sido posto a votação foi aprovado por unanimidade. ----

----Depois de saudar todos os presentes, seguiu-se a intervenção do senhor deputado António Maria Matos, anexo 5. ----

-----Depois tomou a palavra a Senhora deputada Ilda Maria Morais Massano Cardoso que saudou todos os presentes e referiu que a sua intervenção tinha a ver com as perguntas colocadas por si, relativamente aos problemas na área da saúde, na última assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e com compromisso de este lhe poder responder e daí aguardar as informações convenientes sobre as diligências tomadas.

-----Não havendo mais intervenções, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que cumprimentou todos os presentes. Começou por responder à intervenção da Senhora deputada Ilda Massano, transmitindo-lhe que ainda não tinha informações concretas, pois as reuniões agendadas com as várias entidades apenas realizar-se-ão na próxima semana, comprometendo-se que, na para a próxima reunião, transmitirá os resultados das várias diligências. No entanto, não quer deixar de realçar a luta que este executivo mantém para que o antigo Centro de Saúde de Santa Comba Dão recupere algumas valências que perdeu aquando da criação da UFS e reforçar as existentes, como seja, as equipas de apoio psicológico. Dar também nota do novo lançamento do concurso para a construção do Polo da UFS de São João de Areias. Sobre a intervenção do Senhor deputado António Maria Matos, começou por dizer que relativamente ao programa “Linha aberta” o sucedido foi um ato de cobardia, pois foi convidado para responder a algumas perguntas sobre o concelho de Santa Comba Dão e nunca intervir num programa em direto, desconhecendo o que se estava a passar e em que contexto. Reprovou veemente tal emissão e disse que era de opinião que tal programa não era de informação, mas sim de entretenimento. ----

---- Ainda sobre o questão da remoção dos entulhos, assunto abordado nesse programa, reafirmou que esse problema subsiste devido à falta de dinheiro, resultado do problema da dívida que o município



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enfrenta, pois não tem verbas para enviar tais entulhos para centros credenciados, que era preciso compreender o contexto que a Câmara enfrenta, dando variadíssimos exemplos do constrangimento financeiro, no entanto está encetar contactos para que esta problemática seja superada com ajuda do consórcio que está a reconstruir as primeiras habitações, transformando tais entulhos em produtos que serão usados na reconstrução das habitações e na construção e pavimentação de vias, para tal o município irá pagar ao consórcio a utilização do equipamento para esse fim. ----

----- Abordou também o trabalho desenvolvido pela CDDR na reconstrução das primeiras habitações. -----

-----Finda a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor deputado António Maria Matos tomou da palavra para explicar as razões da sua intervenção, dizendo que compreendia perfeitamente o esforço desenvolvido por este executivo na recuperação da dívida e falando como economista deu exemplos de tais procedimentos e concorda com as explicações do Senhor Presidente. Mas a sua intervenção foi para dizer que a estratégia de comunicação estava errada, falando sempre da mesma coisa, descredibiliza-a. No entanto, referiu que a sua intervenção não foi pôr em causa a intenção e a boa vontade do Senhor Presidente. ----

-----De seguida o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para dizer que o problema da dívida resolver-se-ia facilmente caso não houvesse mecanismos legais que o impedem de fazer. No entanto, estão a tentar encontrar soluções para libertar a tesouraria, em virtude de terem projetos do Quadro Comunitário e consequentemente fazer face à contrapartida nacional. Por fim, esclareceu o Senhor deputado sobre empréstimo do saneamento financeiro contratado em 2010 pela anterior vereação e pelo PAEL.

----Após as intervenções dos Senhores deputados e os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao primeiro secretário António João Pais Ferraz para ler o expediente dirigido esta Assembleia Municipal e que se encontra à disposição dos seus membros e que será arquivada em pasta própria. Mas antes da leitura do expediente, o Senhor Deputado António Maria Matos pediu a palavra para propor que os Serviços Municipais enviassem, com uma certa antecedência, uma listagem da correspondência a todos os deputados, para seu conhecimento. A proposta foi aceite pelo Senhor Presidente que vai diligenciar para que tal aconteça. ----

-----De seguida foi então feita a leitura do seguinte expediente: ----

- Agradecimento de voto de pesar;
- Apresentação de um voto de protesto pelos membros da Bancada Parlamentar do Partido Socialista e subscrito pela Bancada da coligação PPD/PSD-CDS.PP;
- Pedido de informação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre “ A remoção e tratamento dos



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entulhos provenientes do incêndio de 15710/18” por parte UTN-Unidos por Treixedo e Nagozela, Associação;

- Para conhecimento da Assembleia de uma pergunta dirigida ao Ministério da Saúde pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia do PEV, sobre a recolha e transporte de resíduos hospitalares na prestação de serviços domiciliários no ACES Dão-Lafões;

- Para conhecimento da Assembleia da resposta do Ministério da Saúde à pergunta dirigida pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia do PEV, sobre a recolha e transporte de resíduos hospitalares na prestação de serviços domiciliários no ACES Dão-Lafões;

- Para conhecimento da Assembleia da resposta do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas à pergunta dirigida pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia do PEV, sobre a reposição das telecomunicações nas áreas afetadas pelos incêndios de 15 e 16 de outubro;

- Pergunta aos Senhores Presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal, do Sr. João Fernando Gomes Vicente, sobre o início da recuperação da Ecopista;

- Para conhecimento da Assembleia do Projeto-Lei nº 852/XIII/3ª – Revoga a Lei nº 31/2012 de 14 de agosto (Revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano apresentado pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia do PEV;

- Para conhecimento da Assembleia da “Moção – Portugal 2020 e a sua Reprogramação” aprovada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu;

- Para conhecimento da Assembleia de uma pergunta dirigida ao Ministério da Saúde pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia do PEV, sobre a falta de profissionais no Centro Hospitalar Tondela-Viseu;

- Para conhecimento da Assembleia da moção “Pela melhoria das condições da linha da Beira Alta, aprovada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gouveia;

- Para conhecimento da Assembleia da “Moção sobre a Regionalização” aprovada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Fafe;

- “Carta Aberta aos Presidentes de Câmara” pelo Movimento Associativo Popular (MAP).

-----Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do artigo 19º do Regimento passou-se para o ponto dois ponto um: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, DE 20 DE JUNHO DE 2018;**



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Dispensada a leitura por ser previamente distribuída a todos os membros do deliberativo e não havendo pedidos de intervenção, o sr. Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a ata da sessão, em cumprimento do prescrito no número 2 do artigo 57º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.**

-----Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, este prometeu ser breve em virtude de todos os deputados terem em sua posse a documentação em apreço. -----

----- Foram abordadas as diversas áreas funcionais. Realçou a intensa atividade cultural e desportiva promovida pelas várias entidades do concelho assim como a digníssima participação de um grupo de alunos do Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão nas *Escolíadas*, culminando com a presença na Grande Finalíssima, em São João da Madeira, dignificando o concelho e o Agrupamento de Escolas. -----

----- Deu conhecimento da reunião no dia 9 de maio, no Tribunal Judicial, com responsáveis e técnicos do Instituto de Gestão Financeira dos Equipamentos da Justiça, onde a Câmara vai ser a acompanhante do processo de requalificação do edifício do Tribunal e da reunião no dia 4 de junho, no Hospital da CUF, em Viseu, onde foi assinado um protocolo entre a Fundação Amélia de Melo, o Grupo Melo Saúde, a Associação Just a Change e a Câmara Municipal, com o objetivo de nos próximos meses serem requalificadas habitações e anexos não contemplados nos apoios estatais. -----

----- Fez uma síntese das candidaturas submetidas até aos 5000€ no âmbito da Agricultura e que foram 1236 e o valor de 3.889.516€, assim como o valor estimado de 6.262.584€, para as candidaturas apresentadas na CCDR no âmbito da reconstrução das habitações permanentes e o referido ponto da situação. -----

----- Foram ainda mencionadas as comemorações do dia do município, a "Comemoração dos 73 anos da EN2, as comemorações dia do Destacamento Territorial de Viseu da GNR, que decorreram nesta cidade e que foram uma honra para os santacombadenses. -----

----- Relembrar que nos dias 6,7 e 8 de julho vai decorrer mais um musical, na Casa da Cultura. -----

----- Quanto à Informação sobre a situação financeira do município, o Senhor Presidente da Câmara transmitiu aquilo que está plasmado no documento entregue aos senhores deputados dando ênfase ao controlo orçamental da despesa e da receita e os seus graus de execução. Abordou a dívida a curto e a longo prazo e a disponibilidade de tesouraria. Finalmente fez referência aos processos judiciais em curso e reclamações. -----



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo vontade de nenhum deputado em intervir, passou-se para o ponto dois ponto três: **RELATÓRIO TRIMESTRAL DO PAEL-PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL- 1º RELATÓRIO TRIMESTRAL DE 2018- (ALÍNEA A) DO ARTIGO 12º DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO) /ACOMPANHAMENTO.**

----Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, este referiu que este relatório é elaborado numa ótica de recebimentos e de pagamentos respeitante ao primeiro trimestre de 2018. O total de receita efetiva foi inferior ao total da receita estimada em 494 254,93€. A receita corrente apresenta um défice, face ao previsto em PAF de cerca de 525 501,15€. No que diz respeito à despesa, verifica-se que o total de desta foi inferior à aquela estimada em 183 257,41€. Relativamente ao endividamento líquido este é inferior em 1 594 975,02€, pelo que deixa de se verificar a situação de “excesso de endividamento líquido. --

----Finda a intervenção, foram abertas as inscrições para intervenções dos Senhores Deputados neste ponto. Inscreveu-se o senhor deputado António Maria Matos. ----

----O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor deputado António Maria Matos para referir que a sua intervenção vinha no seguinte daquilo que já tinha referido anteriormente e era para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara até que ponto não poderia ser feito o resgate antecipado do PAEL tendo em conta que este é um garrote ao desenvolvimento do concelho, substituindo o empréstimo do PAEL por outro, beneficiando das condições mais vantajosas que são oferecidas neste momento em termos de juros.

----Respondendo à pergunta o Senhor Presidente da Câmara disse que tal intenção poderia ser possível, no entanto, ela careceria sempre de autorização do Tribunal de Contas. Mas nesta intenção tiveram dois problemas, um diz respeito, sobejamente relato, nas reservas na aprovação da conta de gerência, pois existe um empréstimo que ainda está em incumprimento e tal facto complica as negociações encetadas junto da CGD, tendo esperança de que essa intenção tenha o desfecho desejado. Resolvendo essa situação estarão em condições de poder substituir alguns empréstimos, entre eles o PAEL. ----

-----Foi abordado seguidamente o ponto dois ponto quatro: **APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO ANO ECONÓMICO DE 2017 (ARTº 76º, Nº2 E 3, DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO).**

-----Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, este explanou os documentos de prestação de contas, que estão na posse dos senhores deputados. Mencionou que este documento não é mais de que



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um exercício contabilístico que aglutina as contas do município e das participadas- Combanima e Profiacademus, procedendo à anulação das operações recíprocas e agrupando tudo num só documento. A grande evidência foi a diminuição da dívida a terceiros – médio e longo prazo que diminuiu 1 282 185,21€ e a de curto prazo 246 314,01€. ---

-----Terminada a intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor deputado Pedro Veloso, da coligação PPD-PSD/CDS-PP, que se inscreveu neste ponto. O mesmo interveio começando por saudar todos os presentes e para elencar uma sequência de razões provenientes de uma análise técnica suportada pelos documentos enviados e do relatório do Revisor Oficial de Contas, dando essencial relevância às nove reservas e a uma ênfase e onde ressalva que a autarquia terá de tomar medidas extraordinárias para atingir o equilíbrio financeiro. devido à falta de rigor das contas apresentadas por esta Câmara e auditadas pelo ROC. Apesar de reconhecer o esforço realizado, as razões atrás mencionadas justificam o voto contra por parte da sua bancada. ----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Augusto Morais de Sousa, que começou por saudar todos os presentes e justificou que a razão da sua intervenção tinha a ver com aquilo que tinha sido referido anteriormente pelo Senhor deputado Pedro Veloso, da coligação PPD-PSD/CDS-PP e com o significado, que leu dias atrás, de “Amnésia Parcial” e que diz que “são atos ou acontecimentos tão graves que nos fazem perder momentaneamente o conhecimento” e continuou a referir o a seguir se transcreve: «Já na declaração de voto da vereação, achei estranho o segundo preâmbulo da mesma, quando se referia precisamente ao endividamento, por que se a parte anterior que se referia à execução prática da coisa, é lógico que não sou eu que estou a intervir posso ter algumas objeções na outra parte é que eu lamento e continuo a achar estranho o seu discurso. Tudo o que focou é o que vem de trás e lá estamos como dizia o Senhor deputado António Maria Matos, para que é que estamos a bater na dívida, pois é essa que tem o problema todo, o que o Senhor deputado, não sei se estava nas outras assembleias, eu já cá estou há muitos anos, e de 2005 até 2013, estive nesta casa, aliás como a Senhora vereadora, que votou sempre favoravelmente as asneiras e os atropelos que se fizeram à lei. Está uma intervenção minha que também chamava atenção aos senhores deputados de que quando votávamos favoravelmente algumas coisas, também nós éramos inculcados e aqui foram votadas *n* coisas ilegais, os saneamentos foram uns em cima dos outros para justificar as asneiras feitas nesta casa e que todos nós estamos a pagar, e vir com este discurso, em que o Senhor deputado, de facto chama atenção daquilo que foi mal mas por vocês, pois esta assembleia chamou *n* vezes atenção e eu estive neste púlpito, muitas vezes, a ser criticado, a ser chamado de nomes, a sofrer na pele, por estar a chamar atenção dos erros crassos que puseram em risco a



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continuidade do nosso município e virem com este discurso de onde estão a alavancar o que foi feito por vocês próprios e com o vosso consentimento, de facto só um caso de amnésia parcial poderá justificar isto. Por acaso não era minha intenção falar porque os deverão ter a palavra, os mais novos, e devem usar deste púlpito, até para expressar as suas opiniões. Não posso é, pelos anos que passei aqui, a ver cair no precipício o nosso concelho, que poderia estar bem, por atitudes inconcebíveis e apadrinhadas por aqueles que hoje vêm como santos e até acreditam que não havia dívida nesta Câmara. O que eu acho extraordinário, como é possível vir com este tipo de discurso. Muito obrigado.» ----

----Depois desta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum deputado da coligação gostaria de intervir. Manifestou vontade o líder parlamentar da coligação assim como a Senhora vereadora Inês Matos, na defesa da sua honra. ----

----Dada a palavra ao Senhor deputado António Maria que começou por mencionar o seguinte: «Tenho algum reboço em falar nisto porque o meu Presidente é um médico e ainda ontem o provou quando saltou da tribuna onde representava esta câmara toda, para se dirigir a um evento de uma senhora que desmaiou, não sei se havia gravidade ou não, a mim parecia que sim, ia com a língua ao lado e instantes depois o Senhor Presidente da Assembleia estava lá, não o Presidente mas sim o médico, estas homenagens devem ser ditas. Eu estou perante um médico, como eu dizia, recorri-me aqui num instante que a amnésia parcial, se eu disser asneira, não sou eu é a *Wikipédia*, “amnésia parcial ou transitória é uma situação de amnésia durante algumas horas não ultrapassando um dia e a recuperação é completa, o indivíduo tem comportamento normal, porém, não retém nenhuma informação durante o episódio ou seja tem amnésia anterógrada completa permanecendo uma lacuna na memória dessa pessoa depois da recuperação”. Eu, quando pedi para defender a honra da bancada é porque realmente, ao ler isto, o meu amigo José Augusto excedeu-se um bocado. Eu estou a fazer a honra da bancada porque está aqui muita gente pela primeira vez, eu não sei o que os outros fizeram para trás. Não sei o que fizeram os vereadores, não estou lá. O que eu sei é que o Senhor deputado Pedro Veloso veio aqui fazer uma apreciação técnica, tive o cuidado de o dizer, ele já cá virá dizê-lo outra vez, mas, é uma técnica. Eu vou repetir aqui para defender a honra, uma coisa que o senhor Presidente e o Senhor Secretário já ouviram da minha boca, creio que o Senhor Presidente da Câmara também lá estava, na última reunião da CIM Viseu Dão Lafões, quando eu disse que quando alguém está doente vai ao médico, para fazer uma casa vai ao engenheiro ou a um arquiteto, se quer saber se as contas representam ou não a realidade, porque o que temos aqui são tudo contas, são números e tem que haver uma entidade especializada que diga se as contas estão ou não de acordo com a realidade, assim como se vai ao médico pedir radiografias e ecografias para saber se aquilo é assim, o



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

engenheiro faz os seus cálculos. O ROC, digamos que é o médico das empresas, é aquele que diz à Assembleia Geral, que são os donos; os donos do município são os munícipes e como os donos do município são os munícipes, estas contas têm que ser vistas pelo médico, o ROC que é o Revisor Oficial de Contas, que é um economista, tem que ser economista e depois fazer um exame especial para ROC, é uma especialidade, por isso é o ROC que vai dizer se as contas estão mal ou não. E não é a Dra. Carla, cujo trabalho é insano nesse aspeto, são os Serviços Administrativos que fazem qualquer coisa, são coisas que estão nas contas e que por um ou outro motivo, neste caso no passado, algumas eventualmente do presente, mas reconhecemos do passado, não estão de acordo com as normas legais e contabilísticas, porque também há normas contabilísticas e portanto se não estão de acordo com as normas contabilísticas têm dois tipos, é a ênfase e a reserva. Como eu dizia lá na CIM Viseu Dão Lafões, a ênfase é aquilo que o médico diz com os cuidados a ter, a reserva, é assim, vai já fazer uma radiografia e agora tenha cuidado que isto está perigoso. Portanto, por princípio, eu disse-o aqui na última assembleia, não sei o que é que fizeram os anteriores o que fizeram os vereadores porque esta assembleia foi eleita agora com gente, alguns deles são novos outros poderão ser mais antigos. Aquilo que eu queria dizer é assim, eu não estou de acordo com o meu amigo José Augusto, quando faz a acusação sobretudo para aquelas pessoas que estão aqui de novo, porque quem está de novo tem o direito de fazer de acordo com o seu pensamento e de acordo com a lei, mais eu que sou o coordenador e que tenho responsabilidades especiais sobre porque sou economista e trabalhei muito com ROC. Ou seja qualquer conta que tenha alguma reserva, ênfase não tanto, é por isso na Dão Lafões dos vinte e três do PSD só seis é que votaram contra eu fui um deles, os outros dezoito ou dezanove votaram a favor, o PS votou todo a favor, porque é de uma questão técnica que se trata, o PSD não se dividiu na CIM, houve seis que eram mais técnicos e entenderam votar contra por uma questão de princípio, não me interessa o que fizeram os outros, se isto vem de trás ou da frente, o que me interessa é o Relatório deste ano diz que há, na CIM havia uma ênfase aqui há uma ênfase e nove reservas, e eu votar a favor? Isto era dizer ao Dr. César que o indivíduo chega lá com a boca ao lado o braço não sei quê ele manda-o para casa porque ele está bom. Muito obrigado Presidente.» ----

-----Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para dizer que após consultar o Regimento desta Assembleia, a Senhora vereadora Inês Matos tem o direito de intervir conforme o ponto 5 do artigo 25º, para o exercício do direito de defesa da honra. -----

-----A Senhora vereadora começou a sua intervenção saudando os presentes e disse: ----

“Bom dia a todos. Não me alongarei nos cumprimentos por achar desnecessário.

Ao membro desta assembleia municipal que a mim se dirigiu, é a si que me dirijo em particular.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Exerci as minhas funções como membro desta assembleia no segundo mandato presidido pelo Eng.º João Lourenço, com muito orgulho, pois foi por Santa Comba Dão que aceitei o convite e não por qualquer motivação partidária, nem por fanatismos partidários. Não são os partidos políticos que me movem, mas sim o bem da Terra que me viu nascer e só esse, sempre me motivará.

Não lhe admito a si, nem a ninguém, dentro ou fora desta sala, que faça acusações infundadas e venha falar em “votação de asneiras”, que são asneiras para si e do seu ponto de vista, sem que o senhor as prove em tribunal, esse é o sítio certo.

Não admito qualquer insinuação relativamente à minha idoneidade profissional e pessoal, porque a sua interpretação da política e de como a mesma deve ser feita, é sua e só a si pertence. A que faço, é minha e só a mim pertence e cabe-me, enquanto vereadora, exercer essas funções neste momento, exercer o meu direito de oposição que a lei me concede, e não concede só a um ou outro partido político, a lei confere esse direito a todos por igual. Não é por, hoje, o partido socialista, que ganhou legitimamente as eleições, estar no poder, que pode achar que não está sujeito ao escrutínio que a oposição tem o dever e a obrigação legal de fazer. É esse o meu papel e, portanto, não vou aqui admitir, nem nesta sala, essas insinuações.

Como o senhor disse, “está e esteve há muito tempo” e ainda bem para si, mas eu sou daquelas que acha que deve haver rotatividade, devemos dar o lugar aos mais novos, devemos não estar muito tempo porque, efetivamente, o poder democrático sustenta-se nisso mesmo, na rotatividade. É assim que ele deve funcionar, na minha perspetiva. Respeito, no entanto, a perspetiva de todos os outros em relação a isto, que possam ter uma ideia diferente, mas, nos termos da lei é assim que a democracia deve funcionar.

O PSD, como oposição, quer na câmara municipal, quer nesta assembleia municipal, vai exercer sempre o seu direito de oposição, nos termos que a lei lhe permite e o direito que eu tenho de votar, a favor, contra ou simplesmente me abster, será sempre por mim exercido, em consciência, de acordo com as minhas convicções, de acordo com os meus princípios e valores que o partido pelo qual eu fui eleita também defende. É assim que vejo a política. Cada um defende as suas ideias e valores, princípios e políticas e eu respeito mas não pode achar que todos nós agora temos que andar a fazer um *mea culpa* porque eu também se lhe apresentar o relatório de auditoria que foi feito nesta casa em 2005/2006, quando o executivo PSD assumiu funções, lhe mostro a dívida que foi deixada. Era bom até que esse documento fosse mais conhecido e estudado porque a memória também não pode ser assim tão curta. A governação em Santa Comba Dão não se limitou a 8 anos de governação, já trazia dívida passada, porque a dívida existirá sempre e tem que existir em qualquer executivo municipal mas é gerível, e sempre foi. O Sr. Presidente da Câmara ainda há pouco acabou de dizer, “não fossem determinadas mudanças na legislação, nós até já



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

podíamos estar numa situação bem diferente daquela em que estamos hoje.” E é verdade, vivemos com esses constrangimentos legais, mudanças legislativas que alteraram as condições impostas em determinada data e pouco depois se alteraram, por exemplo, a política das parcerias público-privadas foi um apelativo nacional, por parte do Eng.^o José Sócrates que trouxe essas “boas ideias” para todo o país, logo para muitos municípios que as implementaram. Portanto, sr. membro desta assembleia, exerço o meu direito de oposição nos termos em que a lei me confere, sempre que o entender, e isso o partido socialista vai ter que aceitar.

Muito obrigada.” ----

-----Após a intervenção da Senhora vereadora, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal quis reafirmar que todos os presentes nesta Assembleia têm e terão sempre o direito de exprimir a sua opinião e também agradeceu a referência à sua pessoa por parte do Senhor deputado António Maria. ----

-----No direito de resposta, foi dada a palavra ao Senhor deputado José Augusto e que disse: «Realmente não vou dar resposta e realmente também não sou condicionado porque estou aqui numa atitude de deputado, não sou condicionado pelas vontades de ninguém. Portanto o que eu disse e volto a repetir, nesta casa foram aprovados *n* relatórios, do relatório eu agradeço as palavras do Senhor deputado, eu sei o que é o relatório, sei quem o faz e sei o que ele representa e nesta casa, e o senhor deputado também cá estava, noutros tempos, vieram relatórios com coisas até piores e nós não estamos a falar nisso o que estamos a falar e o que eu estou a falar, e não quis de maneira nenhuma, e até porque acho que mantemos uma certa relação de cordialidade com a Senhora vereadora, de quem sou amigo, e continuo e não é por esta alteração de opiniões que aqui vamos aborrecermos e nem foi essa questão. Eu estou aqui como deputado, a Senhora como vereadora e estamos aqui politicamente e sempre soube distinguir aquilo que disse da amizade e do respeito pelas pessoas, não tem nada a ver e, portanto, aquilo com que eu fiquei aborrecido, é que realmente, eu penso que a abstenção seria a atitude, ora votar contra, eu entendo a vossa posição, eu só estou a realçar é que estas incongruências, pequenitas agora, mas comparadas com outras maiores já estão a ser corrigidas e portanto aquilo que nós durante oito anos que aqui nos batemos para ver se não acontecia o que está agora. O que está aqui em causa não é o que está a montante ou melhor, não o que está a jusante é a montante é que está o problema e que nos está a criar todo este constrangimento a jusante. Portanto, eu entendo, se das minhas palavras ofenderam alguém, eu peço desculpa, pois não é essa a minha maneira de estar na vida, nunca foi e nem nunca será, portanto peço desculpa à Senhora vereadora se a incomodei, não era esse o meu interesse. Muito obrigado Senhor Presidente.» ----



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Pedi a palavra o Senhor deputado Pedro Veloso, que lhe foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sem, no entanto, deixar de o alertar para que fosse o mais breve possível, tendo em conta o tempo já despendido neste ponto. E assim tomou a palavra para dizer que agradecia a preocupação do Senhor deputado José Augusto pela sua saúde, mas que felizmente estava tudo bem. Referindo que também ele esteve nesta casa em 2001, com o Dr. Orlando Mendes, onde também se falava em dívida, não pondo em causa o que está à vista de todos, nem pondo em causa a obra que foi feita nos anteriores mandatos, antes pelo contrário, estando todos nesta casa para beneficiar o concelho em prol do desenvolvimento e das gerações futuras, de preferência um crescimento sustentado. Sempre se falou em dívida e certamente que no futuro também isso será falado, visto que por muito esforço e boa vontade que se tenha ou venha a ter, nunca a Câmara ficará liberta de dívida. Relembrou que em momento algum referiu que a dívida era exclusiva deste executivo, o que é certo que este é um relatório das contas de 2017, independentemente da repercussão que venham de trás ou da frente, são as contas que têm de ser avaliadas. Que existe um relatório do qual foi baseada a sua intervenção, de um ROC e de um documento que é apresentado pelo executivo e que faz referência aos dados aí presentes e serão esses dados que terão que ser avaliados e que foi nessa base que a sua apresentação se baseou, não querendo dizer que a dívida aí mencionada não venha a referenciar o futuro, certamente que virá e que já foi explicado por várias vezes as implicações que daí decorrem, mas essas questões serão assunto de gestão. Esta é uma questão legal de aprovação de contas e que foi nessa base que a sua intervenção ocorreu. Obrigado. -----

-----Finda esta intervenção, tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para dizer que o essencial relativamente a este ponto estava dito, apenas gostaria de declarar e confirmar que estas reservas, na sua totalidade, são reservas que já vinham de trás, antes da gestão feita pelo Partido Socialista neste município, lembrando que algumas dessas reservas já foram referidas no passado ou seja estas reservas que hoje aparecem mencionadas já tiveram consequências muito mais drásticas em termos da sua enunciação comparativamente com as de hoje. Quando referem, e é verdade, que há um excesso de indevidamente de 1,6 milhões de euros, mas ele já chegou a ser de 9, e só um milagre poderia eliminar tal endividamento. Toda esta situação tem consequências do passado, referindo um artifício que foi criado de uma receita fictícia, que não existe, criada pelo anterior executivo, para "amenizar" as contas, sabendo sempre que esse dinheiro nunca viria e agora o Planalto Beirão diz que não deve dívida nenhuma. Pois o documento que justifica essa receita nem sequer estava assinado pelo Conselho de Administração, apenas tinha sido assinado por um funcionário do Planalto Beirão. Referindo que compreendia essa análise, mas seria necessário compreender o percurso que teve e ver o relatório de há seis anos e comparando-o com o atual,



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a situação é completamente diferente. Lembrou que em quatro anos reduziram o endividamento em 7 milhões de euros e que gerir na abundância ou na suposta abundância é fácil, gerir na dificuldade é difícil. E este executivo sabe- o bem, andando sempre preocupado com a tesouraria para fazer determinadas coisas e tornar este município numa situação estável. Para terminar disse que gostaria que um dia se fizesse uma análise da dívida que o PSD herdou em 2005 e a que o PS herdou em 2013, mencionado da dívida total e não só aquela que estava no papel, ou seja não aquela que era referida de 12 mas a de 30 milhões de euros, e lançou o repto para que alguém possa fazer tal análise. ----

---- Passou-se de seguida para o ponto dois ponto cinco: **MINUTAS DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM JUNTA DE FREGUESIA DE PINHEIRO DE ÁZERE, JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOANINHO, JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO DE AREIAS, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ÓVOA E VIMIEIRO, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA COMBA DÃO E COUTO DO MOSTEIRO E JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE TREIXEDO E NAGOSELA, NOS TERMOS DO ART. 133º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO=APRECIAÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO (NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO).**

----Mais uma vez o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por explicar que estes acordos já deveriam ter sido celebrados, mas tal atraso deveu-se a aos trágicos acontecimentos de outubro passado e às suas consequências. Explanou todo os procedimentos decorrentes destes seis acordos conforme os documentos que foram colocados à disposição dos Senhores deputados. ----

-----Não havendo intervenções, foram postos à votação estes acordos, os quais foram aprovados por unanimidade para que sejam executados. ----

-----Imediatamente após, passou-se para o ponto dois ponto seis: **MINUTA DE ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE PINHEIRO DE ÁZERE/GESTÃO DA ZONA BALNEAR DA SENHORA DA RIBEIRA=APRECIAÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO (NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**

----- Depois da leitura deste ponto por parte do Senhor Presidente da Assembleia, este deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e que explicou o tipo de acordo, que é idêntico aos anteriormente votados



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas num espaço territorial diferente e as razões que levaram a que este acordo fosse celebrado à parte, conforme os documentos que são do conhecimento dos Senhores deputados, não é um documento genérico, mas sim particular, que poderá ser revisto e melhorado anualmente -----

-----Não havendo intervenções, foi posto à votação este acordo, o qual foi aprovado por unanimidade para que seja autorizado. ----

----Abordado o último ponto do período da ordem do dia, dois ponto sete: **REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA/EMIÇÃO DE PARECER FAVORÁVEL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA=DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DEFINITIVO.**

----- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para informar que o Conselho Municipal de Segurança reuniu e foi analisada a proposta de Regulamento Provisório, que já tinha sido objeto de aprovação por esta Assembleia e mereceu o seu parecer favorável e desejando que se torne definitivo.

-----Não havendo intervenções, foi posto à votação este regulamento, o qual foi aprovado por unanimidade, tornando-se assim definitivo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluído este ponto: **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** e prosseguiu para o ponto três da Ordem de Trabalhos: **PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**, tendo sido registado o pedido de intervenção do senhor Jorge Pereira residente no Granjal, União de freguesias de Treixedo e Nagosela. ----

---- Começou a sua intervenção saudando todos os presentes e agradecendo ao Senhor Presidente da Câmara pelo facto de ter mandado limpar as bermas da estrada do Granjal, no entanto queria chamar atenção dos seguintes factos: ----

- O problema da Estrada Granjal-Gestosa devido às águas pluviais, pois danificam as bermas e sendo uma estrada em terra batida poderá tornar-se intransitável;
- O problema das bocas de incêndio, já abordado em reunião de freguesia, destruídas há 13 anos e a ausência das grelhas junta à capela, nunca respostas após obras no local;
- A falta de limpeza nas ruas do Granjal assim como na Póvoa de João Dias, como muitas ervas;
- A imagem degradante do Poço dos Banhos, no Granjal que nada dignifica tal local, frequentado por várias pessoas que aí vão buscar água.
- Referiu ainda a pouco apoio dado inicialmente na participação dos alunos nas Escolíadas. ----



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder à intervenção deste cidadão, começando pela questão das Escolíadas, referindo que o grande mérito era essencialmente dos alunos, não querendo pronunciar sobre o apoio dado pela Escola, mas realçar que os alunos começaram esta participação de forma autónoma visto terem já uma larga experiência adquirida no Conservatório, e só mais tarde houve a envolvimento do Agrupamento de Escolas. E atendendo a tudo o que aconteceu anteriormente, é de realçar ainda mais todo o mérito alcançado pelos alunos e comparando os meios que dispuseram relativamente às outras participações. ----

-----Sobre a questão das limpezas, referiu que câmara vai ter uma intervenção em força a partir de agora. Tal limpeza não foi possível por falta de meios e das condições climatéricas adversas. Essa intervenção teve o seu início na marginal do Granjal e vontade de aí colocar iluminação adequada para que as pessoas possam usufruir desse local, criando uma espécie de zona pedonal e melhorando dentro possível esse espaço. Sobre o Poço dos Banhos, o assunto já foi tratado com o Senhor Presidente da Junta e irá ser objeto de limpeza brevemente. ----

----- Sobre a questão da estrada Granjal-Gestosa, disse que desconhecia tal problema, mas que será objeto de análise pessoal na próxima semana. -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao primeiro secretário, para ler a minuta da ata desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade. ---

---O Senhor Presidente da Assembleia Municipal antes de agradecer a presença e participação de todos, pediu a Senhora Vereadora Carla Cunha que entregasse à mesa os pins com o novo logótipo do município e que posteriormente será entregue um exemplar a cada deputados e desejou a todos umas boas férias, dando, pelas doze horas e trinta e cinco minutos, por encerrada a sessão, dela se lavrando a presente ata que depois de votada e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa. ---

Anexos: *Sónia Tereisa Correia Alves*

1. Pedido de Renúncia do Senhor Tiago Miguel Viegas dos Santos;
2. Indicação da substituição do renunciante;
3. Voto de Protesto;
4. Intervenção do Senhor deputado do PS, Tiago Costa;
5. Intervenção do Senhor deputado da coligação PPD/PSD-CDS/PP, António Maria Matos.

Tiago Miguel Viegas dos Santos
Rua da Estação, 5
3440-613 Vimieiro



Exmo. Sr. Dr. César Branquinho
Digníssimo Presidente da Assembleia Municipal de
Santa Comba Dão

Assunto: Conselho Municipal de Segurança

Foi com orgulho e sentido de responsabilidade que aceitei a indicação por parte da coligação do PPD/PSD CDS-PP para integrar o Conselho Municipal de Segurança, tendo já tomado posse em reunião da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão.

Dado o convite ter sido efectuado antes de supor ser candidato a presidente da Comissão Política de Secção do PPD/PSD de Santa Comba Dão, aceitei o mesmo. Devido ao decorrer da vida política em Santa Comba Dão, entendi estarem reunidas as condições para me candidatar a esse cargo, que hoje ocupo. E, como entendo que as funções no Conselho Municipal de Segurança não devem ser politizadas, venho pela presente comunicar a V. Exa. que renuncio ao mandato que me foi confiado para ocupar esse cargo.

Acredito que a coligação irá indicar alguém tão ou mais capaz do que eu para assumir essas funções.

Atenciosamente,

Com os melhores cumprimentos

Santa Comba Dão, 22 de Junho de 2018



Exmo. Sr. Presidente da
Assembleia Municipal de Santa Comba Dão

O Grupo Parlamentar da Coligação PPD/PSD – CDS/PP vem indicar o Sr. Dr. Rui Jorge da Silva Pereira para substituir o Sr. Eng. Tiago Santo que renunciou ao mandato, no Conselho Municipal de Segurança.

Santa Comba Dão, 23/06/2018

O Coordenador do Grupo Parlamentar da Coligação PPD/PSD – CDS/PP



António Maria O. Matos

**VOTO DE PROTESTO PELO ESTADO DE DEGRADAÇÃO DO IP3 E PELA
FALTA DE EMPENHO DOS GOVERNOS NA RESOLUÇÃO DESTE
PROBLEMA**

A Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, reunida em 20 de Abril de 2018, após tomar conhecimento da resposta do Governo sobre as obras de melhoramento do IP3 no sentido de o transformar na tão desejada, prometida e nunca concretizada autoestrada Viseu/Coimbra, vem manifestar o seu veemente protesto por ver que, mais uma vez, nada vai ser feito para concretizar essa obra cuja falta tem sido um autêntico garrote ao desenvolvimento do concelho, sobretudo nas vertentes da indústria e do turismo. Mais se aprova que se dê conta deste voto de protesto aos responsáveis regionais e ao Governo.

Santa Comba Dão, 20/04/2018

A Coordenadora do Grupo Parlamentar do PS

Edite Cruz

O Coordenador do grupo Parlamentar da coligação PPD/PSD-CDS/PP

António Matos

Os membros da Bancada Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, em representação dos Municípios, vêm propor a esta Assembleia:



VOTO DE PROTESTO

O que fazem, nos termos e com os fundamentos seguintes:

1. Considerando o horrível incêndio florestal que em outubro de 2017 massacrrou, entre outros, o nosso Concelho;
2. Considerando a situação financeira muito difícil do Município de Santa Comba Dão, sobremaneira agravada pelos incêndios;
3. Considerando que, por diversos motivos, os Concelhos atingidos por aquela tragédia não têm a mesma capacidade para, *per si*, se reerguerem;
4. Considerando que os incêndios são também consequência do abandono e esquecimento a que o Interior do País se encontra votado, o qual, nada sendo feito, pode acelerar o processo de desertificação, de desequilíbrio e de desigualdade territorial;
5. Considerando que a cidadania portuguesa é um direito fundamental que abrange tanto o santacombadense como o portuense, o escalabitano ou o albicastrense, iguais perante a Lei Magna do ordenamento jurídico português, a Constituição da República Portuguesa (*Cfr.*, a este propósito, os artigos 1º e 13º.) e que, por assim ser, é exigível tratar de igual forma o que é igual, mas é imperativo cuidar de diferente forma o que é diferente.

Por tudo isto, impõe-se ao Governo Central uma *discriminação positiva* dos Concelhos mais débeis do ponto de vista financeiro, em particular e no que nos respeita, do Concelho de Santa Comba Dão, pois só assim será possível encetar uma recuperação digna.

Com atos, não com palavras.

Atos que se impõem e com maior urgência.

Para hoje, não para amanhã.

Com efeito, o compromisso político do nosso Governo para com os Municípios afetados terá que ir mais longe e passar forçosamente por medidas concretas, rápidas e eficientes, mormente através da **atribuição do indispensável apoio financeiro, nomeadamente, ao Município de Santa Comba Dão**, que permitirá prover:

a) A remoção e ao tratamento adequado dos entulhos provocados pelo incêndio.

Na verdade, além de representarem uma questão de estética, com o evidente aspeto dantesco e o estado de ruínas em que se encontram as nossas aldeias, resultam também num grave problema ambiental e de saúde pública que diariamente assola a população – sem convocar aqui legislação complementar, sempre se dirá que, também neste particular, a Constituição da República Portuguesa, nos seus artigos 64º e 66º, incumbe o Estado Português do dever de defender e promover a saúde pública e, bem assim, quanto ao meio ambiente e qualidade de vida.

b) A recuperação e requalificação das infraestruturas e dos equipamentos das autarquias que sejam considerados essenciais à vida das populações, seja no domínio das estradas municipais e arruamentos urbanos, da sinalética e segurança rodoviária; ainda,

c) A reposição dos equipamentos municipais ardidos (v.g., trator agrícola, varredoura, etc), essenciais à limpeza urbana e faixas de combustível, *conditio sine qua non* para a intervenção que urge realizar de molde a evitar a repetição de eventos trágicos como os ocorridos no ano passado.

Uma catástrofe de dimensões e consequências excepcionais, que nos atingiu de uma forma tão devastadora quanto rápida, exige uma resposta na mesma medida: **rápida, robusta e digna!**

Razão pela qual, os subscritores deste **Voto de Protesto** requerem que o mesmo seja aprovado por esta Assembleia, em minuta, enviando-se cópias do mesmo a Suas Ex^{as} Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Primeiro Ministro, Senhor Ministro da Administração Interna, Senhor Ministro do Ambiente, Grupos Parlamentares, Presidentes das Assembleias Municipais da CIM Viseu Dão Lafões, Presidentes das Assembleias Municipais dos concelhos afetados pelos incêndios de 2017 e Sr^a Presidente da CCDR-Centro.

***O Grupo Parlamentar do Partido Socialista
na Assembleia Municipal de Santa Comba
Dão***

Santa Comba Dão, 23 de junho de 2018.



Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Srs. Secretários da Mesa da Assembleia Municipal
Caros colegas
Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Srs. Vereadores
Digníssimos munícipes presentes

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Tem sido com bastante tristeza que me tenho apercebido de que v. Exa. invoca permanentemente a dívida e os encargos com a mesma para justificar torta e qualquer dificuldade para poder cumprir o programa que serviu de base à candidatura do Partido Socialista às Eleições Autárquicas de 2017 e que foi inequivocamente sufragada pelo eleitorado.

Pelo que me dizem, (e só posso apoiar-me nesses testemunhos pois, à data ainda não tinha regressado a Santa Comba) já no anterior mandato tal justificação era recorrente. Não me vou pronunciar sobre esse período por motivos lógicos. Até porque tenho de reconhecer que alguma razão assistiria a V. Exa.. Já no mandato corrente, eu próprio tenho assistido à manutenção do argumentário a que me refiro.

Sei bem que não vai inferir das minhas palavras que penso que lhe faltarão outros argumentos. Não, não penso assim e acho mesmo que não lhe faltarão argumentos para justificar as suas escolhas. Acho, outrossim, tratar-se da opção por um modelo de comunicação a que tem direito, mas do qual discordo.

E passo a explicar porquê!

Primeiro, porque a repetição sistemática de uma situação não lhe confere credibilidade, antes a põe em causa.

Segundo, porque pode denotar uma situação de impasse insuperável.

Terceiro, porque deixa a ideia de apenas se poder gerir uma crise com raízes no passado por falta de soluções para o futuro.

Por último, porque contraria a noção de gestão implícita na definição de Economia / Gestão, que diz: "*Economia é a ciência que estuda, de forma sistemática, a aplicação de recursos escassos a finalidades múltiplas e de desigual importância.*" Significa isto que gestão é trabalhar com recursos escassos e finalidades múltiplas, ou seja, ter sempre consciência de que todas as decisões são um exercício de opção entre A e B.

Sei bem, não apenas pela amizade que tenho por v. Exa, mas sobretudo porque o conheço e sei das boas intenções que o movem, que pode fazer mais e melhor e justificar as falhas e as faltas com razões plausíveis, sem ter de estar a descarregar no serviço da dívida e nos incêndios as justificações para dificuldades e incapacidades.

A este propósito permita-me, Sr. Presidente, que transcreva uma parte do discurso proferido ontem pelo Sr. Coronel Victor Gouveia Rodrigues, Comandante da Unidade Territorial de Viseu da GNR, nas comemorações do dia do Comando Territorial de Viseu:

Passa a citar:

"Na GNR estamos habituados a responder a desafios, a identificá-los e a superá-los. A experiência diz-nos que mais importante que nos lamentarmos, é encontrar soluções para as dificuldades que os tempos nos trazem no sentido do nosso trajecto.

Gerir na abundância deve ser fantástico e, quiçá, fácil, mas o que nos motiva ainda mais é sermos capazes de fazer em ambiente de escassez, almejando em eficácia e eficiência.

É por isso que de nada nos serve lamentar a falta de meios, a falta de efectivos ou até de condições.

É por isto que de nada nos serve ou ajuda estar sempre a repetir o mesmo queixume, numa atitude que muitas vezes nos chega a parecer de divórcio com a responsabilidade.

Mais importante que lamentar é fazer!

E é, também por isso, que diariamente nos exortamos a fazer sempre mais com menos."

Fim de citação.

Vem tudo isto, Sr. Presidente, a propósito da desastrosa intervenção de V. Exa. no programa LINHA ABERTA, transmitido pela SIC no passado dia 30 de Maio.

A argumentação de V. Exa, em resposta à repórter, seguiu a linha a que já me referi antes, dum estratégia de comunicação que considero errada.

E viu-se porquê!

É que, se ainda vai dando para consumo interno, não colhe quando se extravasam as fronteiras e do outro lado se apanham figuras experimentadas como Hernâni Carvalho.

Devo dizer a V. Exa. que não exultei com o que vi.

Não me considero, e V. Exa. bem sabe disso, dos que vêm nas falhas dos adversários motivos de regozijo, sobretudo, quando está em causa o superior interesse do Município.

Ao contrário, fiquei profundamente estupefacto, desgastado e envergonhado com a monumental "tarefa" que V. Exa levou do apresentador Hernâni Carvalho.

Sei bem do que falo, Sr. Presidente pois, para poder "ganhar" um debate com a CAP representada pelo Sr. Prof. Rosado Fernandes e pelo Sr. Eng. José Manuel Casqueiro, em que os entrevistadores eram, nem mais nem menos, que Vasco Polido Valente e Emídio Rangel, bem sei o trabalho que tive para me preparar convenientemente.

Ora, acho que V. Exa. não se preparou ou não terá tido tempo para se preparar para esta entrevista.

E foi o que foi!.

E foi ouvir Hernâni Carvalho dizer ao país, alto e bom som, que ouvir um presidente dizer que não tem solução é a última coisa que dele se quer ouvir.

Por isso, vou atrever-me a sugerir a V. Exa. que mude de estratégia de comunicação, porque esta está comprovadamente esgotada.

Sr. Presidente e meu caro amigo, se eu não conhecesse a isenção, o profissionalismo, o sentido do Dever e a verticalidade dos militares da GNR, até diria que a passagem do discurso do Sr. Coronel Vitor Guerra Rodrigues, bem poderia ser também um conselho para V. Exa..

Não o era, por certo, mas a sincera amizade que tenho por v. Exa, conjugada com o superior interesse do Município levam-me a pedir-lhe que o adopte como se de tal se tratasse.

Disse!

Santa Comba Dão, 23/06/2018

António Maria O. Matos

